



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI**

1 Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, na sede  
2 do Sindicato Rural, localizado na Rua Appel, 475, na cidade de Santa  
3 Maria/RS, a partir das 14h, ocorreu a primeira parte da 14ª Reunião Ordinária  
4 da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do Uruguai. **Membros**  
5 **Presentes:** Comitê Ibicuí – Ivo Mello; Comitê Ibicuí – Leonardo Cera; Comitê  
6 Santa Maria – Eldo Frantz; Comitê Butuí-Icamaquã – Luciano Alegre; Comitê  
7 Quaraí – Silvino Panziera; Comitê Rio Negro – Eduardo Condorelli; Comitê  
8 Várzea – Simonia Oliveira; SEMA – Nelson de Freiras; Secretaria de  
9 Segurança Pública/Comando Ambiental (BM) – Sargento Emerson Santos.  
10 **Demais Participantes:** Comitê Santa Maria – Lisiani Porto; CBH Butuí e  
11 Icamaquã – Mirela Azevedo Ferreira. A reunião foi iniciada com o  
12 pronunciamento do Presidente do CBH Butuí e Icamaquã, que também preside  
13 a Câmara Técnica, saudando a presença de todos e apresentando brevemente  
14 a ordenação dos itens de pauta, ao que seguiu-se a avaliação e  
15 posicionamento dos seguintes itens: **Item 1 – Apreciação, aprovação ou**  
16 **reprovação da Ata da 13ª RO da CTU:** A Ata foi aprovada a partir das  
17 alterações propostas pelos CBHs Santa Maria e Negro, as quais foram  
18 realizadas e a ata oficial foi enviada ao CRH/RS. A aprovação foi por  
19 unanimidade. **Item 2 – Situação dos Comitês com e sem Convênios de**  
20 **manutenção na Região Hidrográfica do Uruguai:** Cada representante de  
21 Comitê apresentou um breve resumo da situação financeira referente a  
22 execução dos Planos de Trabalho. A Secretária Executiva do CBH-BI entrou  
23 em contato com alguns Comitês, a pedido do Presidente Luciano, tendo retorno  
24 do CBH Apuaê-Inhandava, Ijuí e Passo Fundo. Os dois primeiros estão sem  
25 convênio de manutenção, sendo que o Apuaê encontra-se sem verbas há 3  
26 anos e meio, tendo sido o primeiro convênio a ser instituído no Estado, e o Ijuí  
27 possui prestação de contas em andamento, com validade até o mês de abril –  
28 o que inviabiliza demais gastos. Já os CBHs Passo Fundo e Turvo/Santa  
29 Rosa/Santo Cristo estão em fase de encerramento dos Convênios. O Passo  
30 Fundo, com a Fundação UPF, encerra-se no dia 12 de fevereiro, e por isso  
31 também não pode realizar mais despesas até que seja aprovado um aditivo ou  
32 encontre-se outra forma de viabilizar as despesas. Nelson Freitas (SEMA)  
33 expôs que, no CRH, apenas 3 Comitês não possuem convênio – dois deles - o  
34 Apuaê, já citado, e o Piratinin - integrantes da CTU, sendo que o Apuaê  
35 encontra-se com a documentação em análise pelo CRH, dependendo da  
36 abertura do orçamento deste ano para avaliação do repasse. Quanto aos  
37 convênios em fase de encerramento, não possui o dados atualizados. O  
38 Presidente do CBH-BI, Luciano Alegre, iniciou a apresentação das  
39 informações, expondo que o Convênio está firmado atualmente com a AUSM,  
40 até o ano de 2019 – extraindo-se possibilidades de aditivo. Na sequência, o  
41 Presidente do CBH Ibicuí, Ivo Mello, expos que o Convênio está em situação  
42 de prorrogações mensais, dado o fato de aguardar a autorização de aditivo.  
43 Este processo foi iniciado em outubro passado e está sendo monitorado em  
44 conjunto com a Secretaria do CRH e a Fundação Maronna. A presidente do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI**

45 CBH Várzea, Simonia Oliveira, expôs que o Convênio é mantido com a  
46 Associação Comercial e o mesmo está em andamento até 2019. O  
47 representante do CBH Negro, Eduardo Condorelli, expõe que o Convênio é  
48 mantido com a AUSM e está vigente até o ano de 2020. Vice-Presidente do  
49 CBH Santa Maria, Eldo Frantz, expõe que o CBH Santa Maria também mantém  
50 Convênio com a AUSM, até 2019. O CBH Piratinin, conforme informado pelo  
51 Presidente Luciano, está sem Convênio e buscava o apoio da Universidade  
52 Regional Integrada (URI) para se tornar Entidade conveniente. Eldo questiona a  
53 participação/representatividade dos Comitês de Bacias em eventos como o  
54 Encob e eventos mais regionalizados, tendo em vista a considerável  
55 participação dos membros em um evento realizado fora do Estado, o qual tem  
56 possibilidades de ter resultados considerados inexpressivos para a resolução  
57 das questões que envolvem os recursos hídricos do Estado. Esta mesma  
58 representação não se percebe com igual potencialidade nas ações promovidas  
59 dentro do Rio Grande do Sul. Exemplificou a dificuldade do Presidente Luciano  
60 Alegre em buscar um local viável para a realização desta Reunião Ordinária,  
61 dado o fato de o mesmo ter se visto “sozinho” na busca da solução logística  
62 considerável a todos os membros. Neste sentido, Eldo ainda lembra que os  
63 Comitês tem se apresentado disponíveis para representação dentro de  
64 Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, no entanto tais representações não  
65 se efetivam e os Comitês perdem espaços importantes nas discussões e  
66 soluções das questões. Nelson Freitas expõe que todo e qualquer evento que  
67 trate dos recursos hídricos é de grande importância para a disseminação de  
68 informações e o desenvolvimento das questões de RH, no entanto há que se  
69 avaliar estas representatividades e sua efetividade. Também pontua que, em  
70 sua experiência enquanto membro da Agência Nacional das Águas pode  
71 observar o quanto o Estado do Rio Grande do Sul se torna exemplo para os  
72 demais Entes Federados no que tange ao tema, dado a longevidade do  
73 assunto e a valorização do mesmo pela sociedade em geral. Eldo demonstra  
74 preocupação com a falta de posicionamento do Fórum Gaúcho de Comitês  
75 diante das discussões iniciadas em redes de contato e também buscadas  
76 através da rede oficial. Conforme o representante, apenas assuntos voltados a  
77 discussão da pauta do CRH tem se tornado pontuais, em reuniões realizadas  
78 na manhã que antecede a reunião do Conselho e não mais em outros  
79 momentos previamente agendados, o que faz com que outras demandas  
80 consideradas mais importantes não sejam discutidas. **Item 3 – Apresentação**  
81 **do Projeto Piloto do CBH Ibibuí:** O Projeto “Piloto” do CBH Ibicui teve início  
82 em 2005, com o apoio do professor (?) Roberto Verdum e parceria com a  
83 Fundação Maronna, sendo até hoje a Entidade Conveniente, atualmente  
84 atuando como forma de OSCIP. Na época, iniciou o projeto o professor  
85 François Lorrain, da Universidade Le Mond. Neste período de 13 anos, cerca de  
86 seis acadêmicos já tiveram seus trabalhos de conclusão baseados em estudos  
87 realizados através da parceria. Em 2012 houve a primeira visita do CBH Ibicuí  
88 à França, para conhecimento do modelo local de agência de bacias e trazer



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI**

89 importantes ponderações para o Brasil. Foi feito um Termo de Cooperação com  
90 a PCJ para, assim chegar ao projeto piloto da Bacia do Ibicuí. O projeto é  
91 financiado pelo DRH desde 2009 e tinha previsão orçamentaria até 2012,  
92 instituindo as fases para a criação do Plano de Bacia, com base no que já  
93 existia no CBH Santa Maria (as fases A e B), e mais o existente no CBH Quaraí  
94 (fase C). Com a ajuda do Diretor Fernando Meirelles, foi mobilizada a  
95 comunidade – nos moldes do ocorrido no CBH Quaraí – e organizado o Plano  
96 de Ação Inicial para a criação do Plano de Bacia do CBH Ibicuí, excluindo-se o  
97 potencial de arrecadação que até então tem sido apresentado junto as  
98 propostas de Planos, motivados pelo ideal de que ainda não está claro qual o  
99 montante necessário para a manutenção do Comitê. Em dois dias foram  
100 pensadas as ações do Plano, juntamente com o DRH, membros da  
101 comunidade e do CBH. Em 2016, foi feita uma nova visita técnica a Fundação  
102 Maronna, onde foi possível conhecer todo o conjunto do sistema de recursos  
103 hídricos franceses, onde dois personagens se destacam: o técnico – que é o  
104 responsável por saídas a campo e identificação de situações – e o ‘animador’ –  
105 que é quem faz a mobilização e, conseqüentemente, as ações serem  
106 efetivadas. A Agência se torna um meio para a busca de soluções de conflitos  
107 em determinados pontos da abrangência do Comitê, através de Planos de  
108 Intervenções que podem ser geridos pelos agentes locais interessados. Na  
109 sequência, Ivo Mello relatou as observações feitas a partir de algumas visitas  
110 técnicas na França. Presidente Silvino Panziera questiona a forma como o  
111 processo poderia ser implantado na realidade do Estado. Ivo Mello esclarece  
112 que houve certa dificuldade em encontrar uma forma de atuação e implantação  
113 da proposta na Bacia do Ibicuí, pois a exemplo das outras regiões do Estado  
114 não se percebe o interesse da comunidade em pagar pelo uso da água,  
115 diferentemente do que acontece na França, onde o sistema já é instituído há  
116 décadas e a população gera uma considerável arrecadação. O meio  
117 encontrado entre Comitê e Fundação foi a criação de um escritório técnico,  
118 para apoio das iniciativas e projetos, em uma espécie de “agência de bacia”  
119 para o CBH Ibicuí, ainda buscando outras parcerias com instituições de ensino  
120 e entidades que viessem a agregar ideias a proposta. Dentro do projeto piloto  
121 que está sendo apresentado, há um cronograma de ações para os anos de  
122 2019 a 2023, iniciando-se já em 2018 a elaboração da fase C do Plano,  
123 elencando prioridades oriundas da reunião de sensibilização do Planejamento  
124 Estratégico. Em 2017, houve a mobilização para uma visita da Secretária Ana  
125 Pellini à Fundação Maronna, porém não concretizada devido aos cortes do  
126 Governo do Estado, o que não impediu que o Comitê e a Fundação entrassem  
127 em consenso para firmar objetivos em comum para a implantação do escritório  
128 técnico básico, com funções estabelecidas para o melhor andamento das  
129 atividades (como técnicos, animadores e comunicadores) e a divisão da Bacia  
130 em três áreas (alto, médio e baixo Ibicuí), na busca de maior mobilização da  
131 comunidade para a participação nas atividades do Comitê. Eduardo Condorelli  
132 manifesta-se pelo entendimento que há importância em se manter a



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI**

133 estabilidade financeira dos convênios, ainda que mínima, pelo CRH, através do  
134 FRH. Isso porque o valor destinado pelo FRH para a manutenção dos  
135 convênios, atualmente, é de cerca de 2,5 milhões ante uma arrecadação anual  
136 em torno de “500mi”. A primeira parte da reunião encerrou-se às 18h, tendo  
137 sequência na manhã do dia vinte e quatro de janeiro, no mesmo local, a partir  
138 das 08h30, com a participação dos seguintes **Membros:** Comitê Ibicuí – Ivo  
139 Mello; Comitê Ibicuí – Leonardo Cera; Comitê Santa Maria – Eldo Frantz;  
140 Comitê Butuí-Icamaquã – Luciano Alegre; Comitê Quaraí – Silvino Panziera;  
141 Comitê Rio Negro – Eduardo Condorelli; Comitê Várzea – Simonia Oliveira;  
142 SEMA – Nelson de Freiras; Secretaria de Segurança Pública/Comando  
143 Ambiental (BM) – Sargento Emerson Santos. **Demais Participantes:** Comitê  
144 Santa Maria – Lisiani Porto; Comitê Turvo/Santa Rosa/Santo Cristo – Cristiane  
145 Loebens; CBH Butuí e Icamaquã – Mirela Azevedo Ferreira. Presidente  
146 Luciano saudou os presentes e abriu os trabalhos da manhã, iniciando pelo  
147 **Item 6 – Relato das Câmaras Técnicas:** Luciano informa sobre a participação  
148 na CT AgroInd, tendo sido criados dois Grupos de trabalho (GT’s) – *GT*  
149 *Florestas Plantadas*, representado pela representante do CBH Taquari-Antas; e  
150 o *GT de Aquicultura*, representado pelo Luciano Alegre CBHBI, o qual solicita  
151 que, em caso de demandas dos Comitês, que haja direcionamento a ele e este  
152 levará ao conhecimento do GT. Até o momento, apenas uma reunião havia  
153 sido realizada, tendo sido estabelecido como procedimentos padrão o  
154 conhecimento a todos de um roteiro, para que possa haver o controle de todos  
155 os membros e o refinamento/adequação das ideias para posteriormente ser  
156 repassada aos demais órgãos do sistema. Luciano esclarece que ainda não  
157 enviou sua relato de participação, o qual deverá ser feito dentro dos próximos  
158 dias. Com relação ao GT de Aquicultura, Condorelli disponibiliza o relato de um  
159 membro da Farsul integrante deste GT que está a par das discussões e  
160 poderia enviar o seu relato para que os demais membros também tivessem  
161 acesso a um material resumido, mas que estivesse de acordo com as  
162 principais informações necessárias para o entendimento das pautas. Esclarece  
163 ainda, que estão sendo buscados padrões de documentações e processos  
164 para os licenciamentos ambientais em todas as regiões do Estado e dos  
165 diversos fins, buscando evitar as atuais divergências observadas. Conforme  
166 Condorelli, os grupos foram criados devido as solicitações feitas em igualdade  
167 de tempo à SDR para ambos assuntos – florestas e aquicultura. Condorelli  
168 relata a conclusão do GT que propõe a nova tabela de licenciamento no  
169 Estado, dentro da CT GCem/Consema, estabelecendo menos ramos para  
170 licenciamento, porém não menos atividades: estas atividades serão  
171 especificados no cadastro do Sistema On-line de Licenciamento (SOL). A  
172 apreciação será iniciada em 26 de fevereiro e pede-se aos membros que  
173 enviem sugestões, preferencialmente, até 31 de janeiro. Outro item  
174 considerado importante foi a definição dados para não incidência de  
175 licenciamento. A documentação encontra-se disponível na convocação do  
176 Consema de janeiro/2018. **Item 7 – Relato do ZEE:** Luciano relatou



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI**

177 participação na Oficina realizada em Alegrete, em 21 de novembro do ano  
178 passado, especialmente o que diz respeito a alguns pontos em que os temas  
179 estão baseados em acordos e não estudos técnicos, como o exemplo da  
180 reprodução do dourado e a definição de Maçambará como cidade com  
181 qualidade de vida semelhante a Bento Gonçalves, devidos aos dados avaliados  
182 pelo Zoneamento. Eldo expõe a preocupação sobre a exposição de dados no  
183 ZEE que não condizem com a realidade, como por exemplo, a utilização dos  
184 recursos hídricos da Bacia do Rio Santa Maria que, pelo projeto, não possui  
185 disponibilidade hídrica. Também se preocupa com o fato de que ainda não está  
186 claro o futuro do ZEE. Nelson fez uma retrospectiva dos seus 9 meses como  
187 coordenador do ZEE e expôs que o Zoneamento tem a possibilidade de  
188 alterações em um trabalho continuado, tendo em vista analisar as informações  
189 de um modo geral e não específico – o que pode levar a falhas em áreas,  
190 dadas as especificidades de cada região e a exclusão de dados que não  
191 podem ser utilizados em sua totalidade em toda abrangência do projeto, que é  
192 uma ação do Estado – apartidário – com verba executória vinda do Banco  
193 Mundial. Está prevista uma nova versão do ZEE, para que seja possível  
194 contemplar as áreas que podem ter ficado sem análise aprofundada nesta  
195 primeira fase do projeto. Nelson expõe que a participação da sociedade civil foi  
196 escassa nas oficinas já realizadas, frente a expectativa e a importância do  
197 estudo para o desenvolvimento das regiões e do Estado como um todo. Há  
198 possibilidade de prorrogação no prazo de encerramento do ZEE, bem como a  
199 realização de outras oficinas para a divulgação dos resultados obtidos até o  
200 momento. Nelson reforça a importância da participação dos CBHs nas reuniões  
201 e oficinas, devido a serem os principais representantes da sociedade na  
202 análise e representação nas atividades. Condorelli faz uma breve explanação  
203 histórica do ZEE e expõe a atuação da Farsul, onde há um profissional  
204 contratado para analisar cada produto e pontuar as observações da Federação,  
205 junto com outras 9 pessoas que analisam os produtos disponibilizados e  
206 também o contato com 74 sindicatos do interior do Estado em caso de  
207 discussões regionais. Entende que é um trabalho para o FGC no sentido de  
208 avaliar a proposta do ZEE, expondo sua preocupação com um estudo/análise  
209 mais profundo por parte do Fórum, não sendo, em seu entendimento, um tema  
210 que deva ser inserido em discussões durante as reuniões ordinárias devendo  
211 haver uma oportunidade em que os membros do FGC pudessem alinhar os  
212 seus conhecimentos sobre o ZEE. Condorelli ainda considera que dados como,  
213 por exemplo, a qualidade da água para identificação de áreas de risco não está  
214 pontuada no ZEE, pela falta de informações de qualidade para serem incluídas  
215 no estudo. Expõe ainda, que em alguns Estados do Brasil, como no Mato  
216 Grosso, há categorias que solicitaram que o ZEE fosse legislado para a  
217 regularização do sistema – como exemplo cita que houve a identificação que  
218 grande parte do Estado não possui problemas ambientais, tendo grande  
219 potencial econômico sem a necessidade de estudos como EIA/RIMA, tendo em  
220 vista a inexistência de irregularidades ambientais, o que facilita investimentos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI**

221 de grande e médio porte, facilitando os trâmites legais para a instalação dos  
222 empreendimentos, baseado no pré-diagnóstico apresentado pelo ZEE naquele  
223 Estado. No caso do Rio Grande do Sul, Condorelli ressalta que muitos estudos  
224 ambientais foram analisados e definidos como insuficientes para serem  
225 incluídos no projeto, porém os estudos permanecem no banco de dados do  
226 projeto e poderão ser reavaliados e melhorados futuramente. Nelson Freitas  
227 parabeniza as Federações (Fiergs e Farsul) pelo trabalho de estudo  
228 aprofundado dos produtos e a qualidade das colocações que são feitas para  
229 auxiliar no projeto, mas declara sua preocupação com o fato de que outras  
230 categorias não estão fazendo o mesmo. Ivo Mello entende que poderia haver  
231 mais envolvimento dos secretários executivos dos Comitês na análise e  
232 mobilização para análise dos produtos, indicando uma reunião com membros  
233 para que houvesse um equilíbrio no entendimento. Condorelli coloca a equipe  
234 da Federação a disposição para uma capacitação e exposição da atual  
235 situação do ZEE dentro da Farsul. A ideia foi apoiada por Ivo Mello, solicitando  
236 ao Presidente Luciano a indicação ao Fórum Gaúcho de Comitês que faça um  
237 evento entre os diretores e secretários dos CBHs – seja um Encontro Estadual  
238 ou Reunião Ordinária – onde se realize a atualização das informações sobre o  
239 ZEE por parte do Estado e a disponibilidade da Farsul em apresentar a sua  
240 prática de análise. Ivo Mello ainda sugere que, caso não haja possibilidade de  
241 se realizar este evento em nível de FGC que seja realizado em nível de CTU.  
242 Condorelli ainda sugere que haja a apresentação do Projeto do Ibicuí por parte  
243 do Ivo Mello, caso ocorra o evento estadual. **Item 9 – Assuntos gerais:**  
244 *Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços* – Ivo Mello  
245 informa que haverá uma reunião da CT, a qual irá discutir a nova legislação do  
246 Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre rios de domínio nacional – o  
247 que atinge diretamente a Região Hidrográfica do Uruguai – e que tem certa  
248 dificuldade de ocorrer pelo fato de que o Presidente da CT deve ser o Ministro  
249 de Relações Exteriores. No entanto, há movimento por parte do representante  
250 para a realização de reuniões e discussão do tema, devido ao fato de ser  
251 representante na CT na categoria irrigantes. Ainda não está prevista a data,  
252 porém a maior dificuldade de criação do Comitê Interestadual do Uruguai não  
253 ocorre devido a exigências de duas resoluções (nºs 5 e 109), que estabelecem  
254 regras de cooperação entre os entes envolvidos na guarda das águas  
255 compartilhadas – no caso Rio Grande do Sul e Santa Catarina – juntamente  
256 com a Agência Nacional das Águas e há carência no conhecimento  
257 aprofundado das regras, tendo em vista a existência de apenas dois comitês no  
258 Brasil que atuam desta forma, conforme explicou Nelson Freitas. Nelson ainda  
259 destaca que seria bastante positiva a criação do CI do Uruguai, enquanto o  
260 Presidente Luciano Alegre considera de extrema importância a existência deste  
261 Comitê pelo fato de que poderiam ser mais efetivas as ações para defesa dos  
262 recursos hídricos desta Região Hidrográfica. **Item 5 – Pauta da Ctasp:** O item  
263 sobre a eleição da Presidência da CT foi acordado que haverá a indicação da  
264 CTU para Presidente – Condorelli, do CBH Negro – e Vice-presidente – Ivan,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI**

265 do CBH Várzea – na plenária da CTASP; quanto ao Item 2: houve consenso  
266 para a indicação de criação de um GT dentro da CT para análise da proposta;  
267 no que tange ao Item 3 foi acordado a indicação ao CBH Sinos para  
268 apresentação de proposta com a distinção dos usos prioritários da água. Para  
269 o Item 4, o Presidente Luciano Alegre oficiará, enquanto CBH Butuí, contrário a  
270 Resolução, já que a mesma considera toda a extensão da Bacia como  
271 imprópria para barramentos. Além disso, também foi solicitada a indicação da  
272 criação de um GT para melhor análise da proposta de Resolução, bem como  
273 atualização da mesma e o envio de solicitação à Fepam de apresentação de  
274 um relatório sobre a Portaria, apresentando histórico e estudos prévios que  
275 embasaram a Resolução. Criação de outro GT será indicado, para análise do  
276 Item 5, fazendo paralelamente, um levantamento da legislação vigente. Já em  
277 se tratando do Item 6, serão solicitadas maiores informações junto à Diretoria  
278 do CRH. **Item 4: Agência – modelo de Estado ou há outra opção ou vamos**  
279 **seguir no mesmo estado em que nos encontramos. O que faremos?** e  
280 **Item 5: Posição da CTU para Instrução do processo de**  
281 **formação/convocação do GT Agência pela CTIJ, contextualizando todas**  
282 **as condições para seu melhor resultado/resultados desejado pelos**  
283 **Comitês** - A respeito sobre os dois itens ficou definido que, apenas será feita a  
284 indicação da criação de um Grupo de Trabalho na Câmara Técnica, solicitando  
285 então, mais informações e atualizações sobre o processo. O posicionamento  
286 se deve ao fato de que o GT deveria ter sido convocado previamente, conforme  
287 demanda do FGC, e apresentar proposta(s) até o mês de março e até o  
288 presente momento nem mesmo data para a primeira reunião está definida.  
289 Antes de uma proposta diferenciada, a CTU delibera em não se manifestar.  
290 **Item 9 – Assuntos gerais: Cronograma de reuniões:** os membros presentes  
291 definiram, primeiramente, o item principal da pauta: atualização do ZEE. Após  
292 esta definição, encontrou-se a possibilidade da realização da reunião na cidade  
293 de Erechim, em caso de ser realizado apenas o encontro da RHU, levando em  
294 consideração a possibilidade do tema principal ser tratado em nível de FGC,  
295 ampliando a discussão para as demais Regiões Hidrográficas, com o encontro  
296 sendo realizado na dia antecedente a primeira reunião ordinária do CRH, em  
297 março, em Porto Alegre. A data da 15ª Reunião Ordinária da CTU está definida  
298 para 13 de março, aguardando o posicionamento quanto a amplitude da  
299 discussão. *Reserva do Cerro do Jarau:* Representando o CBH Quarai, Silvino  
300 Panziera, pede o posicionamento da CTU sobre a solicitação de criação da  
301 Reserva, destinando 17 mil hectares de área para preservação. Não houve  
302 posicionamento definido sobre este tema. Após estas deliberações a reunião  
303 foi encerrada pelo Presidente. A ata foi gravada e posteriormente redigida a  
304 partir da síntese gerada pela Secretária Executiva do CBH Butuí e Icamaguã,  
305 Mirela Azevedo Ferreira. Luciano dos Santos Alegre - Presidente da CTU.